
A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*

Grace Tanno

Na disciplina de relações internacionais, os eventos históricos tendem a engendrar desenvolvimentos da teoria. O próprio surgimento da disciplina, no período do entreguerras, derivou da necessidade de estabelecer novo arranjo político internacional embasado em conhecimento teórico mais aprofundado sobre as dinâmicas interestatais. Era esperado, portanto, que o colapso da Guerra Fria fosse acompanhado por debate teórico (Wæver, 1998; Knutsen, 1992).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva realista se estabeleceu como paradigma teórico na área de relações internacionais. O realismo, tanto em sua versão clássica quanto analítica¹, assume uma visão negativa sobre a possibilidade de cooperação na es-

* Este artigo é uma versão adaptada do capítulo terceiro da Dissertação de Mestrado A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional, defendida pela autora no Instituto de Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio), em abril de 2002. A autora agradece à professora Monica Herz e ao professor Nizar Messari pelo incentivo à preparação do artigo.

fera internacional pois considera que, em última instância, os Estados são atores auto-interessados. Eles são guiados pelo interesse mínimo de se resguardarem e pelo interesse máximo de aumentarem seu poder no sistema internacional (Waltz, 1979).

A incapacidade do realismo em prever o fim da Guerra Fria fortaleceu seus críticos. Rapidamente, tais questionamentos alcançaram os estudos de segurança internacional incentivando a formulação de novas propostas teóricas. O objetivo deste artigo é apresentar a contribuição de uma perspectiva teórica não formulada nesse contexto, especificamente aquela elaborada pela Escola de Copenhague. Criada em 1985 com a finalidade de promover estudos para a paz – seu nome oficial é *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI) – o instituto constitui, nos dias de hoje, referência na área de segurança internacional. O início de seus trabalhos vincula-se tanto ao debate acadêmico da área dos anos 80, quanto aos anseios de repensar a inserção do continente europeu na ordem internacional no pós-Guerra Fria.

O artigo divide-se em três seções, cuja leitura deve proporcionar ao leitor uma visão geral da contribuição teórica do instituto dinamarquês. A primeira delas tratará das características européias dos trabalhos da Escola, a segunda seção apresentará o desenvolvimento criativo sofrido pelo arcabouço teórico elaborado ao longo dos anos, e a terceira seção discutirá, de forma sucinta, os principais conceitos formulados pela Escola de Copenhague.

Considerações Preliminares

Nos anos 80, após o período de *détente*, a política externa promovida pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989) contribuiu, de forma decisiva, para o recrudescimento do conflito no sistema internacional. Percebia-se que a manutenção da ordem da Guerra Fria se havia tornado extremamente perigosa. A nova postura norte-americana suscitou desconfianças sobre o grau de comprometimento dos Esta-

dos Unidos com a segurança da Europa, já que a implementação do projeto Guerra nas Estrelas aumentaria a vulnerabilidade dos países europeus aos ataques convencionais do governo russo. Constatava-se, assim, que uma política de segurança, genuinamente européia, teria que ser formulada.

Mas não somente na Europa críticas foram apresentadas à tal ordem internacional. Nos Estados Unidos, tanto a população quanto a academia começaram a questionar a estrutura vigente. O financiamento governamental às instituições norte-americanas de pesquisa havia influenciado o conteúdo dos trabalhos que, em sua maioria, coadunavam-se com as diretrizes políticas vigentes. Questionava-se em que medida a academia havia reforçado a leitura de uma realidade internacional em que a insegurança e a competição impediam iniciativas de cooperação. Tornara-se cada vez mais evidente que as consequências práticas dos trabalhos acadêmicos derivavam da adoção da teoria realista como arcabouço teórico.

Durante o auge do conflito bipolar, grande parte da literatura da área enfatizava, portanto, apenas os aspectos estratégicos e militares (Baldwin, 1995; Booth, 1991; Haftendorn, 1991; Nye e Lynn-Jones, 1988). Os estudos de segurança acabavam por legitimar políticas que reproduziam a mesma lógica responsável pela manutenção da ordem da Guerra Fria.

Na academia européia, a despeito do comprometimento com a promoção de certos interesses, estes tendem a ser, em geral, menos associados às lógicas nacionais e mais direcionados à promoção de interesses de natureza internacionalista. A partir disso é possível compreender a grande quantidade de centros de estudos para a paz na Europa, em detrimento de institutos destinados à conformação de estratégias nacionais, o que é regra nos Estados Unidos. Centros de estudo para a paz têm por objetivo promover um ambiente internacional

mais pacífico, procurando esquivarem-se de análises mais nacionalistas de segurança.

Iniciaram-se, então, discussões visando a redefinir os limites teóricos da área de segurança. O movimento de renovação teórica surgiu por meio do debate sobre a redefinição do conceito de segurança utilizado em relações internacionais. A análise aprofundada sobre o conceito de segurança demonstrava que sua utilização e significado encontravam-se imbuídos pelas premissas realistas, que associavam segurança exclusivamente ao Estado e aos aspectos militares e estratégicos. É necessário salientar que o debate então iniciado na área de segurança é contemporâneo daquele sobre teoria de relações internacionais.

Na área de segurança internacional, o debate permitiu a consolidação de três vertentes teóricas: a tradicionalista, a abrangente e a crítica. A primeira proposta, consonante com as premissas teóricas realistas, defende que os estudos da área devem se restringir às questões militares e resguardar o Estado como unidade básica de análise (Walt, 1991); a vertente abrangente (do inglês “*widener*”) sustenta que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal* (Buzan, 1991); a perspectiva crítica, associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt, propõe que as pesquisas de segurança devam colaborar para a emancipação humana. Os teóricos críticos salientam que outros valores como a igualdade e a liberdade, além da segurança, devem ser priorizados pelos acadêmicos (Booth, 1995).

A perspectiva teórica formulada pela Escola de Copenhague pode ser caracterizada como abrangente, por sustentar que as ameaças à segurança se originam não apenas da esfera militar, mas também das esferas política, econômica, ambiental e societal. Mas, como será

* Tradução literal do termo em inglês. N.E.

discutida adiante, a teoria proposta pela Escola não poderia ter sofrido um desenvolvimento efetivamente criativo se não houvesse incorporado as críticas formuladas pelos autores vinculados às demais perspectivas.

A próxima seção tem como objetivo introduzir o leitor ao trabalho da Escola de Copenhague, especificamente a uma de suas características mais marcantes: sua relação com o contexto e com os temas concernentes à segurança da Europa. Não se pode deduzir, todavia, que a perspectiva da Escola se preste apenas a análises sobre aquele continente. Ao desenvolver uma teoria de segurança, o instituto possibilitou que seus *insights*, originalmente suscitados pelo contexto de segurança europeu, pudessem ser aplicados na análise de dinâmicas de segurança em outras realidades.

O Teor Europeu da Escola de Copenhague

Em artigo sobre a Escola de Copenhague, Jef Huysmans (1998) afirma que uma das características mais conspícuas das suas pesquisas é o “teor europeu”. Três motivos explicam a peculiaridade, a saber: a forma como a Escola integra empiria e teoria, a vinculação com os estudos para a paz e, por último, a predileção pelas questões europeias de segurança.

Nos trabalhos da Escola de Copenhague, os desenvolvimentos empíricos são apresentados de forma intimamente relacionada às considerações teóricas. Em função da influência da abordagem interpretativa que predomina na academia europeia, os fatos nem corroboram nem falsificam a teoria: eles fazem parte do fazer teórico (Huysmans, 1998:484-485; Neufeld, 1995).

Por sua vez, na academia norte-americana, o material empírico e as questões teóricas são apresentadas como pertencentes às duas reali-

dades distintas. Em decorrência da hegemonia do positivismo, a empiria é utilizada para ilustrar colocações teóricas, corroborá-las ou falsificá-las.

A ligação do instituto dinamarquês com os estudos para a paz é sintomática da sua presença no contexto acadêmico europeu. Os pesquisadores europeus, em oposição aos seus pares americanos, sempre encontraram maior dificuldade em produzir conhecimento exclusivamente para promover interesses nacionais. Na área de segurança, as pesquisas européias possuem caráter mais internacionalista que nacionalista, sendo destinadas à conformação de ordem internacional mais pacífica (Haftendorn, 1991; Wæver, 1998). Reconhecendo a diferença entre as pesquisas de segurança conduzidas na Europa e nos Estados Unidos, os pesquisadores da Escola de Copenhague afirmam que “...o termo ‘segurança européia’ muitas vezes denota uma ligeira arrogância Européia por ser mais orientado para a paz e interessado na paz do que Russos e Americanos” (Wæver *et alii*, 1987:36).

As escolhas temáticas dos projetos da Escola também revelam seu caráter europeu. Desde o início, foram privilegiadas as pesquisas dedicadas aos temas “Europa” e “segurança européia”. Os livros *European Polyphony* (Wæver *et alii*, 1989), *The European Security Order Recast* (Buzan *et alii*, 1990) e *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver *et alii*, 1993), escritos no imediato fim da Guerra Fria, constituem uma tentativa de mapear cenários de segurança para uma Europa situada em novo contexto.

Algumas conclusões interessantes foram alcançadas nesses livros: em primeiro lugar, com o fim da Guerra Fria, os Estados europeus teriam que promover um processo de “europeização” de suas políticas de defesa e segurança, ou seja, retomar o comando desse tipo de política, enfraquecido pela aliança com os Estados Unidos; em segundo lugar, o conteúdo de uma política de segurança genuinamente euro-

péia dependeria da definição de segurança proveniente de cada Estado europeu; e, por último, a segurança na Europa estaria cada vez mais vinculada a questões como migração e identidades nacionais e em menor grau relacionada com questões militares *stricto sensu*.

Considerações sobre segurança da Europa (Europa Ocidental, Leste Europeu e países nórdicos) são também priorizadas nos documentos de trabalho da Escola. Entre 1990 e 1999, o tema Europa ocupou 36.3% do número total destes trabalhos, 30.5% destinaram-se à teoria e 23.5% investigaram dinâmicas de segurança em outros continentes (Tanno, 2002:149).

Questões européias têm sido, portanto, tema de grande relevância para o instituto dinamarquês. Isso, porém, não nos permite afirmar que discussões de natureza teórica são menos valorizadas. Pelo contrário. Ao pressupor uma relação especial entre empiria e teoria, as análises empíricas da Escola de Copenhague têm desempenhado papel fundamental nos seus desenvolvimentos teóricos.

O Desenvolvimento Criativo da Escola de Copenhague

Estabelecida nos anos 80 e imbuída pelas preocupações teóricas que caracterizaram a época, a Escola de Copenhague visa a desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente. Como já discutido anteriormente, a abordagem abrangente propõe que, nas análises de segurança, devam ser considerados além dos aspectos militares, os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Minha sugestão é que os desenvolvimentos teóricos da Escola de Copenhague podem ser compreendidos por meio da análise das transformações introduzidas ao conceito de segurança. Como postula a literatura relativa à “História das Idéias”, um conceito não possui sig-

nificado intrínseco. A cada um é atribuído significado que varia segundo o contexto histórico, possibilitando a existência de múltiplas acepções (Koselleck, 1992; Lovejoy, 2000). De acordo com Reinhart Koselleck (1992), a análise destes significados demanda a incorporação de metodologia especial, que possibilite a construção do contexto em que o conceito é debatido. Continua o autor:

“Um desdobramento lógico desse procedimento exige necessariamente a contextualização dos termos em unidades maiores, num conjunto de textos, por exemplo, como livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais etc. Por sua vez, esse texto maior, no qual o termo se insere, articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado. O que significa que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (Koselleck, 1992:137).

A análise da mudança do significado atribuído ao conceito de segurança parte, em primeiro lugar, do entendimento do texto maior em que se encontra tal conceito. Por sua vez, este texto maior é dado pela conotação conferida ao conceito pelo paradigma realista. A hegemonia desta perspectiva consolidou um entendimento do conceito de segurança relacionado e subordinado à lógica estatal. Remetia-se ao Estado, dizendo respeito apenas aos aspectos militares da segurança dessa entidade.

Nos anos 80, embora inúmeros acadêmicos tivessem defendido a “redefinição do conceito de segurança” (Ullman, 1983; Mathews, 1989), seus trabalhos continuaram a utilizá-lo impregnado pela lógica realista (Wæver, 1995:49). Portanto, antes de se concentrar na “redefinição do conceito”, o debate dirigiu-se para a discussão sobre as áreas em que poderia ser aplicado.

Outro contexto importante para analisar a mudança do conceito de segurança é dado pelas próprias obras da Escola de Copenhague. Por meio da análise dos trabalhos desse instituto, é possível alcançar o que Koselleck (1992) chamou de “contextualização dos termos em unidades maiores”. Assim, julguei necessário analisar todos os li-

**A Contribuição da Escola de Copenhague aos
Estudos de Segurança Internacional**

vros-chave para o entendimento das transformações conceituais realizadas pela Escola, listados a seguir.

Ano de publicação	Título dos livros
1989	European Polyphony: Perspectives beyond The East-West Conflict (Wæver <i>et alii</i>)
1990	The European Security Order Recast (Buzan <i>et alii</i>)
1991	People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era (Buzan)
1993	Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe (Wæver <i>et alii</i>)
1998	Security: a New Framework for Analysis (Wæver <i>et alii</i>)

No início de seus trabalhos, a Escola de Copenhague continuou a utilizar o conceito de segurança atrelado à lógica realista. Adotando a teoria desenvolvida por Barry Buzan, que postulava que os estudos de segurança deveriam incluir as ameaças derivadas dos setores econômico, político, societal e ambiental mas deveriam manter o Estado como unidade principal de análise, os trabalhos da Escola mantiveram-se, assim, atrelados ao realismo.

O conhecimento adequado do quadro teórico da Escola de Copenhague não pode, portanto, prescindir da investigação do trabalho de Barry Buzan. Em 1983, Buzan publicou livro seminal na literatura de estudos de segurança: *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Segundo Ken Booth (1991:317), desde então, todos os estudiosos da área vêm escrevendo notas de pés de página sobre o livro.

Oito anos mais tarde, em 1991, no contexto pós-Guerra Fria, o livro foi reeditado. Se, na edição de 1983, a ênfase foi dada ao aspecto militar das questões de segurança nacional, na nova edição, o autor adotou uma perspectiva abrangente que corroborava, no entanto, a perspectiva realista. Com essa mudança, o nome do livro passa a ser *Peo-*

ple, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era (Buzan, 1991).

A despeito de ter defendido a importância das ameaças sociais, ambientais e econômicas nas análises de segurança, Buzan manteve o Estado como principal objeto de referência dos estudos de segurança. Opondo-se aos teóricos críticos que defendem que a segurança individual é mais relevante do que a segurança estatal, a abordagem de Buzan manteve-se estadocêntrica.

As mudanças introduzidas pela Escola de Copenhague ao arcabouço teórico criado por Buzan ocorreram de forma lenta e gradual. Muitas foram realizadas a partir da identificação de certos limites empíricos às proposições teóricas da Escola, como aquela que se deu no livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver *et alii*, 1993). Neste período, a ocorrência de guerras étnicas no Leste Europeu demonstrou que a teoria até então proposta perdera a relevância, ao ser incapaz de analisar a segurança de outras entidades além do Estado. Inicia-se, neste ponto, um processo de desvinculação do conceito de segurança da lógica do Estado e sua conseqüente vinculação com as identidades nacionais. Mostrou-se necessário que os pesquisadores estudassem tanto a segurança estatal quanto a segurança “societal”.

Incontestavelmente, o reconhecimento dos limites da teoria até então utilizada pela Escola pôde ocorrer pelo fato desta manter uma postura receptiva em relação às novas perspectivas teóricas que se fortaleceram após o fim da Guerra Fria. A incapacidade das análises realistas em prever o fim da estrutura bipolar colocou em cheque a hegemonia do paradigma realista, já que a capacidade de fazer previsões era sustentada como uma das vantagens do realismo em relação às demais teorias (Halliday, 1999). Em decorrência destes questionamentos, novas abordagens teóricas como as perspectivas construtivista crítica e pós-moderna foram, aos poucos, ganhando legitimida-

de acadêmica (Wendt, 1999; Campbell, 1998; Walker, 1993; Williams e Krause, 1997).

Cinco anos depois de *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver *et alii*, 1993), a Escola voltou a modificar seus conceitos no livro *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver *et alii*, 1998). Aproveitando as contribuições do debate sobre teoria de relações internacionais, os trabalhos da Escola de Copenhague passaram por um ponto de inflexão, ao adotarem uma perspectiva teórica que pode ser descrita como pós-construtivista.

A contribuição individual revelou-se, mais uma vez, crucial para o desenvolvimento teórico da Escola. As pesquisas de Ole Wæver chamaram atenção para a possibilidade de conduzir uma análise construtivista de segurança. Wæver (1989; 1995) também criou os conceitos e arcabouço teórico necessários para isto.

É também possível identificar a incorporação de teorias pós-modernas nos trabalhos desse pesquisador. Rejeitando o positivismo que dominava a abordagem de Buzan, Wæver (1995) descarta a existência de realidade social que pode ser conhecida de forma apriorística e defende que questões de segurança são construídas pelas práticas sociais. Processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança. Questões políticas podem, portanto, sofrer processos/movimentos de “securitização”^{*} ou “desecuritização”^{**}.

O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para

^{*} Tradução literal do termo em inglês. N.E.

^{**} Tradução literal do termo em inglês. N.E.

tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não ser considerada questão de segurança.

Vale ressaltar que a identificação de agentes “securitizadores” específicos em cada setor estende-se para além de considerações metodológicas, já que foi motivada por questionamentos normativos da teoria utilizada até então. Havia a crítica de que ao supor que as ameaças estavam “*lá fora*”, prontas para serem identificadas pelos analistas, os trabalhos acabavam colaborando na conformação da agenda de segurança. Ao identificar agentes “securitizadores”, a Escola procurou proteger-se desta acusação (Eriksson, 1999; 2000a; 2000b).

Em *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver *et alii*, 1998), defende-se que cabe ao pesquisador apenas identificar quando uma questão está sendo apresentada como pertencente à área de segurança. Ao se deterem na observação dos processos de construção de questões referentes a essa área, os acadêmicos podem posicionar-se politicamente de forma mais explícita, denunciando tentativas de securitização consideradas ilegítimas. Nesse processo, os atores tentarão conferir a uma questão política um caráter emergencial.

O caráter de emergência implica que uma questão política seja apresentada da seguinte forma: “*Caso providências não forem tomadas imediatamente, a existência de objeto referente de segurança² encontrar-se-á ameaçada*”. Este tipo de discurso identifica uma situação em que urge a utilização de meios extraordinários para resolver o problema.

A percepção de que agendas e questões de segurança são construídas por agentes tornou necessária à elaboração de quadros analíticos específicos para os setores político, econômico, societal, ambiental e militar. Passou-se a defender que cada setor ou área possui lógica própria, com regras, atores, códigos, discursos e, mais importante,

objetos específicos de referência no campo da segurança que, não necessariamente, incluirão o Estado. Esses objetos são os que têm a sua segurança ameaçada.

O setor militar seria dominado pelas relações de força, o setor político pelas relações de autoridade e reconhecimento externo, o setor econômico pelas relações de comércio, produção e finanças, o setor societal pelas relações entre identidades coletivas e, por fim, o setor ambiental seria caracterizado pelas relações entre as atividades humanas e a biosfera.

De acordo com Buzan (1990:6), a análise das relações entre os diversos atores e setores demonstra que o conceito de segurança é naturalmente uma idéia integrativa. Nenhum setor examinado isoladamente será capaz de fornecer uma análise completa da segurança internacional. O importante é sublinhar que a autonomia conferida a cada setor no livro *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver et alii, 1998) destrói o estadocentrismo da teoria de Buzan, uma vez que cada setor possuirá objetos referentes de segurança próprios e que não necessariamente incluirão os Estados.

Por meio da mudança sofrida pelo conceito de segurança utilizado pela Escola de Copenhague, é possível perceber o desenvolvimento criativo de seu quadro teórico. A comparação entre os conceitos de segurança utilizados em *People, States and Fear* (Buzan, 1991) e em *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver et alii, 1998) é bastante esclarecedora. Se, em 1989, Buzan definiu que a segurança estava relacionada ao Estado, o que pode ser visto na frase “No sistema contemporâneo internacional, a unidade padrão da segurança é então o Estado territorial soberano” (Buzan, 1991:9) em *Security, a New Framework for Analysis* (Wæver et alii, 1998), segurança é assim descrita:

“‘Segurança’ é o movimento que trata a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão, ou como um tipo particular de polí-

tica, ou como algo que a transcende. Securitização pode então ser vista como uma versão extrema da politização. [...] Segurança é, assim, uma prática auto-referida porque é no contexto desta prática que se torna uma questão de segurança – não necessariamente porque haja uma ameaça existencial real mas porque é apresentada como ameaça.”(Wæver *et alii*, 1998:23-24).

A seção seguinte apresentará os principais elementos do arcabouço teórico formulado pela Escola de Copenhague. O objetivo é demonstrar que o desenvolvimento criativo da Escola, anteriormente discutido, implicou efetiva transformação na teoria dinamarquesa. Serão tratados os seguintes tópicos: teoria de Estado, setores de segurança e teoria dos complexos de segurança regionais. A leitura desta última seção do artigo deverá esclarecer, portanto, que a transformação no entendimento do conceito de segurança foi fundamental para a modificação da teoria oferecida pela Escola de Copenhague.

Os Principais Conceitos da Escola de Copenhague

A Teoria de Estado

Muito lamenta-se a ausência de uma teoria de relações internacionais que vislumbre mudanças na ordem internacional. As análises realistas são incapazes de prevêê-las porque desconsideram a influência dos atributos domésticos no comportamento dos Estados. O Estado realista é tão somente uma entidade territorial-política, semelhante à bola de bilhar. A utilização dessa perspectiva não permite, portanto, explicar tensões regionais originadas no nível doméstico ou conflitos intra-estatais.

A percepção de que a incapacidade das análises em identificar mudanças decorre da teoria de Estado realista fez que Buzan (1991:106) formulasse teoria própria sobre o tema. Para ele, o fortalecimento dos Estados é condição obrigatória para o estabelecimento de anar-

quias estáveis, já que Estados fortes não “exportam” inseguranças domésticas.

O autor postula que o Estado possui três componentes: uma *base física*, uma “*idéia*” de Estado e, por fim, um conjunto de instituições. No sistema internacional, identifica-se uma miríade de tipos de Estados, uma vez que relações entre base física, instituições e idéias de Estado configuram-se de inúmeras formas. Assim, temos que:

“Para o propósito da análise de segurança o ‘Estado’ tem que ser conceituado de maneira abrangente o suficiente para abranger não apenas o relacionamento entre as dinâmicas internas de pacotes individuais/particulares território – governo – sociedade, mas também as dinâmicas sistêmicas mais amplas sobre como estes pacotes se relacionam uns com os outros” (Buzan, 1991:60).

O componente *físico* do Estado é dado pela população e território, incluindo aí todos os recursos naturais e riquezas produzidas. Este é o componente que, com maior obviedade, caracteriza-se como objeto de referência no campo da segurança. A *idéia de Estado* seria o componente mais abstrato, porém, o mais importante. Vinculada de modo intrínseco à “identidade nacional”, tal *idéia* confere coesão ao arranjo política-sociedade-território. A identidade nacional, por sua vez, advém de noções como Nação e princípios organizacionais que envolvem língua, religião, ideologias, raça, história e cultura (Buzan, 1991:78-79). O terceiro componente do Estado são as *instituições*, constituídas pelo executivo, legislativo, os corpos administrativos e judiciários e as leis, procedimentos e normas com as quais as instituições operam.

A qualidade da dinâmica entre esses elementos determina a formação do que Buzan chamou de Estados fortes e Estados fracos. A *força* do Estado será diretamente proporcional ao nível de coesão político-social. Estados fracos são facilmente identificáveis na periferia do sistema internacional. Nesta, são abundantes os “quase-Estados” que, a despeito de possuírem soberania externa, não têm autoridade

institucional e meios para promover desenvolvimento socioeconômico (Holsti, 1996; Jackson, 1990). Há também os *poderes fortes ou fracos*, cuja classificação depende das capacidades militares e econômicas relativas. Pode-se concluir que um Estado forte não necessariamente constituirá *poder forte*.

A inclusão de uma teoria de Estado em seu arcabouço teórico permitiu à Escola de Copenhague analisar a influência das variáveis domésticas na conformação dos ambientes internacionais de segurança. Com isso, possibilita-se que sejam explicadas as mudanças no sistema internacional que derivam, em grande medida, de acontecimentos ocorridos no nível doméstico. Como explica Buzan (1991:60): “Segurança nacional não pode ser considerada separadamente da estrutura interna do Estado e a visão desde o interno frequentemente destrói a imagem superficial do Estado como um objeto coerente de segurança”.

Os Setores de Segurança

O Setor Militar

Os acadêmicos ligados à tradição realista sustentam que as ameaças militares constituem o único objeto dos estudos de segurança. A adoção de uma perspectiva abrangente pela Escola de Copenhague não impediu, no entanto, que fosse dada grande relevância às análises do setor militar. A Escola defende, no entanto, que se dê o nome de *Estudos Estratégicos* àqueles dedicados exclusivamente ao setor militar e *Estudos de Segurança Internacional* àqueles que utilizam abordagem abrangente (Buzan, 1991:23-25).

Na detalhada análise dos setores realizada em *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver *et alii*, 1998), constata-se que o processo de securitização encontra-se mais institucionalizado no setor militar. Com a institucionalização do monopólio da força pelo Estado

moderno, as elites militares tornaram-se porta-vozes legais das ameaças à segurança nacional. Na área militar, o Estado será, portanto, o principal objeto de referência no campo da segurança, e as elites militares conformarão os principais atores securitizadores.

Outros objetos de referência podem, todavia, ser apontados. Discursos podem asseverar que conceitos abstratos como balança de poder, sociedade internacional, não-proliferação de alguns tipos de armas e direitos humanos estão recebendo ameaças militares.

Adicionalmente às elites militares, outros atores securitizadores do setor são os grupos de pressão, os intelectuais, os representantes ministeriais e a indústria de armamentos. Em sociedades democráticas e pluralistas, tais agentes tendem a ser variados.

É importante acrescentar que a Escola de Copenhague afirma a inexistência de correlação entre capacidade militar e sucesso dos processos de securitização. No setor militar, variáveis geográficas, históricas e políticas são cruciais em tais processos (Morgenthau, 1985, cap.9). A tecnologia constitui outro fator fundamental na avaliação de uma ameaça militar. Como asseverou Robert Jervis (1978), o caráter ofensivo ou defensivo dos armamentos militares interfere na avaliação do grau de periculosidade da ameaça e, portanto, no sucesso dos processos de securitização.

Sobre o setor militar no pós-Guerra Fria, os autores apontam para a tendência de regionalização dos conflitos, acarretando a formação dos complexos regionais de segurança. Em algumas regiões, a ausência da rivalidade bipolar facilitou a desecuritização das questões, enquanto em outras incentivou a securitização. Na África Meridional e no Sudeste Asiático, o fim do conflito ideológico engendrou a resolução de conflitos no nível local. Segundo os pesquisadores da Escola, os grandes perdedores da Guerra Fria são, indiscutivelmente, as regiões do Cáucaso, dos Balcãs e da Ásia Central.

O Setor Político

A Escola de Copenhague define que ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado. Para tanto, podem atingir um ou mais dos seus três componentes: as idéias de Estado, a sua base física e suas instituições (Buzan, 1991:96). Em geral, as ameaças políticas dirigem-se à soberania do Estado e podem tomar a forma de pressões para adoção de determinadas políticas, pedidos de substituição do governo e incentivos à secessão.

Ameaças políticas podem ser classificadas como estruturais e intencionais. Estas são verificadas na recusa de um país em reconhecer a legitimidade de um Estado/governo estrangeiro ou na rejeição do governo por um grupo doméstico; aquelas derivam de contradições entre os princípios organizacionais dos Estados. Ameaças estruturais originam-se, portanto, de conflitos entre princípios como liberalismo, comunismo, capitalismo, autodeterminação, democracia etc.

A rejeição do estadocentrismo que caracterizava a teoria de Buzan fez que a Escola passasse a definir que, além dos Estados e seus componentes, princípios e outras entidades políticas possam também constituir objetos de referência no campo da segurança no setor político. Assim, cidades-estados, impérios, teocracias, tribos, linhagens dinásticas e movimentos transnacionais são igualmente reconhecidos como objetos de referência no setor.

Sobre os atores securitizadores deste setor, a Escola afirma que, em geral, eles estão bem definidos. Em sua maioria, trata-se de atores governamentais. Mas, outros atores como as Nações Unidas também poderão identificar ameaças políticas ao sistema internacional ou à sociedade internacional.

O Setor Societal

O setor societal foi introduzido pela Escola de Copenhague no livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver

et alii, 1993). Neste, afirma-se que a definição das ameaças a esse setor varia com o entendimento de sociedade utilizado. Os pesquisadores da Escola asseveram que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de identidade coletiva. Existe, no entanto, uma distinção ontológica entre Estado e sociedade que permite que esta possa reproduzir-se de forma autônoma.

A identidade coletiva deriva do sentimento de que o grupo constitui uma entidade. No sistema internacional moderno, as identidades estão geralmente organizadas sob a forma de tribos, clãs, nações, civilizações e religiões. As ameaças societais existem, portanto, quando estas entidades se encontram em perigo. Como define a Escola:

“Nesta base, podemos concluir que no sistema internacional contemporâneo, segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis. Especificamente, é sobre a sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de língua, cultura, associação, identidade e costumes religiosos e nacionais [...] segurança societal se refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade” (Wæver *et alii*, 1993:23).

Nos dias de hoje, o aumento na densidade de interação entre as unidades do sistema internacional gera ameaças tanto para Estados quanto para nações. Mais frequentemente, ameaças societais encontram-se em Estados fracos, em que sociedade e Estados não se harmonizam. Nestes, os próprios governos poderão ameaçar identidades que lhes são hostis.

É importante frisar que a identificação das ameaças societais depende, em grande medida, de percepções históricas e não envolvem, necessariamente, avaliação objetiva. A mera percepção de uma ameaça à identidade do grupo pode suscitar o que a Escola denominou de “dilema de segurança societais” (Wæver *et alii*, 1993:46). Em *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver *et alii*, 1998), o grupo anali-

sou as principais ameaças desse tipo existentes e concluiu que há uma tendência de que os processos de globalização acentuem os problemas relativos a migração e intolerância religiosa, tornando imprescindíveis as pesquisas centradas no setor societal.

O Setor Econômico

No setor econômico, a existência de posições ideológicas inconciliáveis torna controversa a análise das ameaças. Acrescente-se a essa dificuldade o fato da competição ser uma característica básica da economia capitalista. O capitalismo é sistema dominado pela insegurança. O paradoxo é bem explicado por Buzan (1991): “Aqui está o paradoxo central: se os atores devem estar inseguros, o que “segurança econômica” significa no contexto de mercado?”. Ele mesmo responde argumentando que o dilema é resolvido quando se estabelece que a insegurança econômica constituirá ameaça no momento em que ultrapassar a esfera econômica, estendendo-se para as esferas militar e política.

De acordo com esta definição, seriam ameaças aquelas dirigidas aos setores econômicos que garantem a sobrevivência física do Estado (provisão de materiais estratégicos e indústrias de base) e que são fundamentais no esforço de guerra.

Nesse setor, a definição do objeto de referência no campo da segurança variará de acordo com a posição ideológica. Mercantilistas sustentarão que o Estado é principal objeto do setor, e liberais defenderão que esse lugar é ocupado pelas regras que garantem o bom funcionamento dos mercados.

Proponentes destas posições divergem também sobre a relação entre vulnerabilidade e eficiência propiciadas pelas políticas mercantilista e liberal. Devido à íntima relação entre território e produção de riquezas, liberais argumentam que políticas mercantilistas facilitam con-

flitos. Mercantilistas asseveram que, a despeito da maior eficiência nas economias liberais, a divisão do trabalho aumenta a vulnerabilidade dos Estados em relação às políticas de outros Estados. Os liberais defendem-se afirmando que conflitos entre Estados interdependentes são solucionados sem uso da força (Keohane, 1984). Para Buzan (1991:264), o liberalismo é a melhor escolha de economia política que um Estado pode fazer tanto em termos econômicos quanto militares.

Justificando sua opinião de que a liberalização confere maior segurança ao sistema internacional, Buzan mostra que os atuais processos de regionalização econômica são acompanhados pela formação de comunidades de segurança, o que pode ser constatado na América Latina, Europa Ocidental, Ásia, África e América do Norte. Estar-se-ia caminhando para um sistema internacional de estrutura anárquica mais madura, em que elementos da sociedade internacional como regras, normas e princípios são respeitados por Estados cada vez mais fortes (Bull, 1977).

A Escola de Copenhague adverte para os perigos ensejados pela limitação de um setor à economia. Um deles é a separação do setor político do econômico, que constitui um mero artifício e tende a escamotear a natureza política das atividades econômicas. Um outro perigo advém da presença de externalidades das ameaças econômicas nos demais setores, tornando necessária a inclusão deles em qualquer análise sobre a esfera econômica.

O Setor Ambiental

No século XX, a intensificação das atividades industriais afetou enormemente as condições de vida no planeta. Entretanto, somente há pouquíssimo tempo constatou-se que, além das conquistas humanas serem condicionadas pelo ambiente, este também as condicionam. Existem, portanto, dois objetos de referência principais no se-

tor ambiental: o próprio meio ambiente e a qualidade de vida já alcançada (Wæver *et alii*, 1998:75).

Dois problemas podem ser identificados nesse setor: em primeiro lugar, as ameaças ao meio ambiente não são intencionais e, em segundo lugar, ainda há grande incerteza sobre quais estruturas políticas serão produzidas pelas questões ambientais (Buzan, 1991:132; Wæver *et alii*, 1998:71). Até agora, essas estruturas se têm revelado heterogêneas, incluindo desde movimentos sociais, comunidades epistêmicas até organizações internacionais e importantes organizações não-governamentais, como o *Greenpeace* e o *World Watch Institute*. Todas vêm tentando securitizar questões no setor ambiental.

A Escola chama atenção para o fato de coexistirem, nesse setor, dois tipos de agenda, por vezes contraditórias: as agendas governamental e científica. Em uma análise “foucaultiana”, o problema reside na autoridade da comunidade científica para respaldar o “movimento de securitização”. A detenção desse saber específico pode conferir ao grupo de especialistas poder suficiente para que ele se estabeleça como o principal ator securitizador de problemas ambientais.

Outra característica do setor é o alto nível de politização das questões, mas baixo nível de securitização. Isto ocorre porque, em sua maioria, problemas ambientais acarretam efeitos apenas no longo prazo, tornando a frase “Se providências não forem tomadas imediatamente, o meio ambiente perecerá” falsa. Com isso, as questões ambientais são redirecionadas para agendas de outros setores, aos quais caberá solucionar as consequências das tragédias ambientais, como a migração e a desintegração social (Wæver *et alii*, 1998:83).

Estas complicações fazem que o setor ambiental seja mais útil como uma lente que permite identificar ameaças que serão tratadas em outros setores. Por sua vez, o setor econômico seria uma lente que per-

mite aos pesquisadores identificar as origens das ameaças que se apresentam em outros setores.

Em relação ao potencial de regionalização das ameaças ambientais, os autores de Copenhague sustentam que neste setor as questões tendem a ser tratadas no nível local, mesmo que afetem todo o mundo. O nível de regionalização de um conflito deverá ser, portanto, decidido localmente. Assim, a despeito das tentativas de securitização serem feitas no nível global, elas tenderão a ser bem-sucedidas somente no nível local.

O Conceito de Complexos de Segurança Regionais

A Escola de Copenhague confere grande relevância aos aspectos regionais da segurança. Em *People, States and Fear*, Barry Buzan (1983) desenvolveu conceitos que permitiram a criação de uma literatura dedicada ao estudo comparativo de dinâmicas regionais de segurança (Kacowicz, 1996; Buzan e Rizvi, 1986).

O conceito de complexo de segurança regional é a base da *teoria clássica de complexo de segurança* (CSCT, em inglês), desenvolvida por Buzan. A utilização desta teoria sofisticou a análise das relações de segurança internacional, pois tornou necessárias investigações sobre a relação entre as variáveis domésticas e regionais e sobre a relação entre as variáveis regionais e internacionais.

Complexos de segurança resultam da estrutura anárquica do sistema internacional moderno e consistem em estruturas anárquicas em miniatura ou subsistemas. Fazem parte, portanto, de um nível intermediário de análise, localizado entre as dinâmicas interestatais e sistêmicas de segurança.

De acordo com a teoria clássica de complexo de segurança, a análise deve iniciar-se pela identificação da distribuição de poder e dos pa-

drões de amizade e inimizade entre os Estados de uma determinada região. Será constatado que o nível de interdependência destes é bastante variável. Será menor nas regiões em que os Estados são fracos ou pouco poderosos para projetarem seu poder. Em regiões em que há um Estado forte, este dominará as dinâmicas de segurança, suscitando o fenômeno da *sobreposição*. O caso emblemático de sobreposição é a supressão da dinâmica de segurança européia durante os anos de Guerra Fria, como decorrência da hegemonia norte-americana.

Inicialmente, Buzan postulou que os complexos de segurança tinham existência restringida aos setores político e militar. Em *Security: a New Framework for Analysis* (Wæver *et alii*, 1998), a introdução de novos atores à análise de segurança e a utilização de abordagem construtivista tornaram necessária a revisão da “teoria clássica de complexo de segurança”. Com isso, esse tipo de análise estendeu-se a todos os cinco setores, incentivando a mudança na definição original de conceito de complexo de segurança. Compare as duas definições:

1991: “Um complexo de segurança é definido como um **conjunto de Estados** cujas principais percepções e preocupações referentes a segurança são tão interligados que seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada” (Buzan, 1991:198).

1998: “Um complexo de segurança é definido como um **conjunto de unidades** cujos principais processos de securitização e desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada” (Wæver *et alii*, 1998:201).

A nova definição permite que complexos de segurança sejam constituídos tanto “de cima para baixo” quanto “de baixo para cima”. Na teoria de Buzan, complexos eram gerados apenas por intermédio dos Estados, considerados os únicos atores de uma análise de segurança.

Na nova teoria, outros atores, tais como Nações, grupos ambientalistas e comunidades epistêmicas podem formar tais complexos.

Ao assumirem que outras unidades além do Estado podem formar complexos de segurança, os autores passaram a reconhecer a existência de padrões subsistêmicos não-regionais. Verifica-se, assim, que existem relações entre unidades que não pertencem a Estados contíguos. Tal fenômeno ocorrerá sobretudo nos setores econômicos e ambientais, em que há muitos interesses notadamente transnacionais.

Considerações Finais

A contribuição da Escola de Copenhague para os estudos de segurança só pode ser devidamente apreendida pela contextualização de seu arcabouço teórico nos debates teórico-epistemológicos sobre teorias de relações internacionais e sobre a área de segurança internacional.

Como discutido no início deste artigo, a Escola foi responsável por desenvolver importante arcabouço teórico do tipo abrangente. Tentou-se mostrar que, ao longo dos anos, tal arcabouço sofreu desenvolvimento criativo, resultado do esforço de acompanhar os debates teóricos e epistemológicos que envolveram a disciplina de relações internacionais nas últimas décadas.

O debate metateórico da disciplina centrou-se, sobretudo, nas críticas à perspectiva realista. O realismo foi acusado de ser aplicável apenas para a compreensão das realidades dos Estados mais poderosos do sistema e de obstruir a emancipação humana, como definida pela Escola de Frankfurt. Percebeu-se que os problemas normativos do realismo derivavam de suas premissas teóricas.

Como esperado, todas as proposições da Escola de Copenhague que se aproximaram da perspectiva realista receberam inúmeras críticas. Os pesquisadores associados à teoria crítica têm sido os mais importantes interlocutores da Escola, e suas observações foram fundamen-

tais para que esta realizasse modificação dos seus pressupostos teóricos (Shaw, 1993; Booth, 1991; Krause e Williams, 1997; Smith, 1991).

Mas, sem dúvida, o principal interlocutor da Escola de Copenhague foi o Professor Bill McSweeney (1996; 1998), cujas críticas acarretaram um debate de dois anos. O pesquisador questionou os conceitos de sociedade e segurança societal da Escola, considerados excessivamente objetivistas. Segundo McSweeney, não é possível conhecer identidades *a priori*. Continua o autor:

“Identidade coletiva não está ‘lá fora’ para ser descoberta. O que está ‘lá fora’ é o discurso de identidade por parte de líderes políticos, intelectuais e inúmeros outros, que se engajam no processo de construir, negociar e afirmar a resposta e a demanda por uma imagem coletiva” (McSweeney, 1996:90).

Em resposta às críticas de McSweeney (1996), Buzan e Wæver (1997) defenderam que, a despeito das identidades sofrerem processos contínuos de redefinição, idéias sobre identidades sedimentam-se ao longo do tempo, justificando, assim, a manutenção de abordagem objetivista nas pesquisas. O argumento utilizado pelos pesquisadores da Escola aproxima-se da tese de Alexander Wendt (1999:184-190) sobre análise de identidades nas relações internacionais.

McSweeney acompanhou Martin Shaw (1993) e Steve Smith (1991) nas críticas às implicações normativas dos trabalhos da Escola. Para estes, qualquer alegação de que uma identidade está sendo ameaçada deriva de projeto político, de uma instrumentalização. Por meio de seu trabalho, a Escola estaria correndo o risco de legitimar ameaças a identidades que estão, na verdade, sendo forjadas por discursos políticos.

Em grande medida, as críticas aos aspectos normativos da teoria formulada pela Escola de Copenhague derivaram do debate epistemológico

gico na disciplina de relações internacionais. Os teóricos críticos, herdeiros da contribuição de Horkheimer (1980), insistiram na necessidade de avaliar as implicações políticas dos trabalhos da área.

A reação da Escola de Copenhague a esse tipo de comentário foi promover a incorporação de abordagem construtivista, que se concentra apenas na apresentação dos diversos discursos que têm por objetivo securitizar questões.

É preciso ressaltar, todavia, que o trabalho acadêmico jamais será não-político. Como afirma Robert Cox (1996), “A teoria dirige-se sempre a alguém e a algum propósito”. A simples identificação dos discursos securitizadores pela Escola pressupõe a realização de uma escolha, constituindo, portanto, atividade política.

O debate sobre a redefinição da abrangência da área de segurança também engendrou modificações no arcabouço teórico da Escola. À medida que o debate se aprofundou, o grupo de Copenhague percebeu que o conceito de segurança utilizado por Buzan era extremamente vinculado à lógica realista. Daí explica-se a decisão de incorporar a contribuição de Ole Wæver, que rejeitou o estadocentrismo realista e defendeu a necessidade de identificar objetos de referência no campo da segurança em cada setor. Para isso, como vimos, empreendeu-se exame das lógicas de funcionamento destes.

A meu ver, a análise das dinâmicas próprias de cada setor pode ser interpretada como uma proposta teórica para a área de relações internacionais em geral e não apenas para os estudos de segurança. Tal hipótese é confirmada no artigo “*Peace, Power and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations*”, publicado por Buzan (1984).

Neste, o pesquisador argumenta que entre os três conceitos-chave na disciplina de relações internacionais – paz, segurança e poder – o conceito de segurança é aquele que confere maiores ganhos analíti-

cos às análises de relações internacionais. Para ele, os conceitos de poder e paz, utilizados pelas perspectivas realista e idealista, respectivamente, não são adequados porque se remetem a visões extremadas do sistema internacional. É inexistente tanto a situação de paz total quanto a de tensão generalizada (Buzan, 1984).

Por se basearem em situações inverossímeis à realidade internacional, as perspectivas realista e idealista consideram com muita dificuldade a possibilidade de mudança no sistema internacional, já que para esta seriam necessárias transformações radicais. O conceito de segurança, por sua vez, prevê situações mais ou menos favoráveis à segurança internacional, que variam segundo diferentes contextos. Segundo a Escola de Copenhague, mudanças seriam realizadas pelo fortalecimento de Estados fracos, alcançado por aumento no nível da coesão político-societal.

Duas observações seguiram-se a esse argumento. Steve Smith (1991) criticou o caráter eurocêntrico da tese. Segundo o pesquisador, a mudança vislumbrada na teoria de Buzan baseia-se em premissas liberais que, alcançadas, viriam a opor-se a valores como emancipação humana e igualdade social. Argumenta o autor que, se a constituição de Estados fortes requerer a subjugação não-democrática de determinadas parcelas da população, o aumento no nível de coesão político-societal implicará mudança reacionária. Bill McSweeney (1999) acrescentou que, a despeito dos esforços de Buzan em analisar a relação sociedade-Estado, o conceito de coesão político-social acaba sendo tratado como uma propriedade do Estado e não dos indivíduos. Em decorrência, a Escola de Copenhague desconsidera as identidades que não se relacionam com o Estado, como aquelas definidas pelo gênero e classe social.

Tendo em vista as críticas pertinentes que foram apresentadas ao esforço da Escola de Copenhague de vislumbrar mudanças no sistema internacional, o arcabouço teórico da Escola para a área de relações

internacionais precisaria teria ainda que ser reformulado. Mas, sem dúvida, a utilização do conceito de segurança para analisar as relações interestatais apresenta a vantagem de unir áreas da disciplina que são mantidas geralmente isoladas. Torna-se possível integrar as áreas da economia política internacional, estudos estratégicos, estudos para a paz, direitos humanos, estudos do desenvolvimento, história internacional e algumas áreas de ciência e tecnologia.

No que diz respeito aos estudos de segurança, a contribuição da Escola de Copenhague é inestimável. O valor da obra deste grupo reside no fato de oferecer aos pesquisadores da área um arcabouço teórico coerente e alternativo ao já tão criticado realismo. Apesar das deficiências já apontadas, tanto pelos aspectos normativos quanto pelos aspectos metodológicos e teóricos, a abordagem abrangente construída pela Escola representa, nos dias de hoje, o que há de mais consistente nos estudos de segurança.

(Recebido para publicação em julho de 2003)

Notas

- 1.** Para uma explicação concisa das premissas das teorias realistas, ver Lima (2000).
- 2.** Objetos referentes de segurança são todas as instituições que podem ter sua segurança ameaçada. Desta forma, podem constituir objetos referentes de segurança os Estados, a Nação, o meio ambiente, as regras de comércio, etc.

Bibliografia

BALDWIN, David. (1995), "Security Studies and the End of the Cold War". *World Politics*, vol. 48, n° 9.

BOOTH, Ken. (1991), "Security and Emancipation". *Review of International Studies*, vol. 17, n° 4.

BULL, Hedley. (1977), *The Anarchical Society*. Londres, MacMillan Press.

BUZAN, Barry. (1983), *People, States and Fear: the National Security Problem in International Relations*. Harvest Wheastsheaf, Hemel Hempstead.

———. (1984), "Peace, Power and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations". *Journal of Peace Research*, vol. 21, n° 2.

———. (1990), "The Case for a Comprehensive Definition of Security and the Institutional Consequences of Accepting It". *Working Paper COPRI*, n° 4.

———. (1991), *People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder, Colorado, Lynne Rienner Publishers.

———, RIZVI, Gowher *et alii*. (1986), *South Asian Insecurity and the Great Powers*. Londres, Macmillan.

———, LEMAITRE, Pierre, TROMER, Elzbieta e WÆVER, Ole. (1990), *The European Security Order Recast*. Londres, Pinter.

——— e WÆVER, Ole. (1997), "Slippery? Contradictory? Sociologically Untenable? The Copenhagen School Replies". *Review of International Studies*, vol. 23, n° 2.

CAMPBELL, David. (1998), *Writing Security: US foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

ERIKSSON, Johan. (1999), "Observers or Advocates? On the political role of security analysts". *Cooperation and Conflict*, vol. 34, n° 3.

———. (2000a), "Machiavelli and Critical Security Studies?". *Cooperation and Conflict*, vol. 35, n° 1.

**A Contribuição da Escola de Copenhague aos
Estudos de Segurança Internacional**

———. (2000b), “Debating the Politics of Security Studies: Response to Goldmann, Wæver and Willians”. *Cooperation and Conflict*, vol. 34, nº 3.

HAFTENDORN, Helga. (1991), “The Security Puzzle: Theory-Building and Discipline-Building in International Security”. *International Studies Quarterly*, vol. 35, nº 1.

HALLIDAY, Fred. (1999), *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre, FAPA e UFRGS.

HOLSTI, K. J. (1996), *The State, War and the State of War*. Cambridge, Cambridge University Press.

HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor, BENJAMIN, Walter, HABERMAS, Jürgen (1980), *Os Pensadores. Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural.

HUYSMANS, Jef. (1998), “Revisiting Copenhagen: Or, On the Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe”. *European Journal of International Relations*, vol. 4, nº 4.

JACKSON, Robert. (1990), *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge, Cambridge University Press.

JERVIS, Robert. (1978), “Cooperation under the Security Dilemma”. *World Politics*, vol. 30, nº 2.

KACOWICZ, Arie M. (1996), *The South American Zone of Peace, 1883-1996*. Israel, Truman Institute Peace Publications.

KEOHANE, Robert. (1984), *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, NY, Princeton University Press.

KNUTSEN, Tobjörn L. (1992), *A History of International Relations Theory*. Manchester e NY, St. Martin's Press.

KOSELLECK, Reinhart. (1992), “Uma História dos Conceitos: Problemas Teóricos e Práticos”. *Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10.

KRAUSE, Keith e WILLIAMS, Michael (eds.). (1997), *Critical Security Studies*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

LIMA, Maria Regina Soares de. (2000), “Instituições Democráticas e Política Exterior”. *Contexto Internacional*, vol. 22, nº 2, pp. 265-304.

LOVEJOY, Arthur. (2000), "Reflexiones sobre la Historia de las Ideas". *Prismas. Revista de Historia Intelectual*, nº 4.

MATHEWS, Jessica Tuchman. (1989), "Redefining Security". *Foreign Affairs*, vol. 68, nº 2.

McSWEENEY, Bill. (1996), "Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School". *Review of International Studies*, vol. 22, nº 1.

———. (1998), "Durkheim and the Copenhagen School: a Response to Buzan and Wæver". *Review of International Studies*, vol. 24, nº 1.

———. (1999), *Security, Identity and Interests. A Sociology of International Relations*. United Kingdom, Cambridge University Press.

MORGENTHAU, Hans. (1985), *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque, McGraw-Hill.

NEUFELD, Mark. (1995), *The Restructuring of International Relations Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

NYE, Joseph e LYNN-JONES, Sean M. (1988), "International Security Studies: a Report of a Conference on the State of the Field". *International Security*, vol. 12, nº 4.

SHAW, Martin. (1993), "There is no Such Thing as Society: Beyond Individualism and Statism in International Security Studies". *Review of International Studies*, vol. 19, nº 2.

SMITH, Steve. (1991), "Mature Anarchy, Strong States and Security". *Arms Control*, vol. 12, nº 2.

TANNO, Grace. (2002), *A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*. Dissertação de Mestrado, IRI/PUC-Rio.

ULLMAN, Richard H. (1983), "Redefining Security". *International Security*, vol. 8, nº 1.

WÆVER, Ole. (1989), "Security. The Speech Act. Analysing the Politics of a Word". *Working Paper COPRI*, nº 19.

———. (1995), "Securitization and Desecuritization", in Ronnie Lipschutz (ed.), *On Security*. Nova Iorque, Columbia University Press.

**A Contribuição da Escola de Copenhague aos
Estudos de Segurança Internacional**

_____. (1998), "The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations". *International Organization*, vol. 52, nº 4.

_____, JAHN, Egbert e LEMAITRE, Pierre. (1987), "European Security — Problems of Research on Non Military Aspects". *Working Paper COPRI*, nº 1.

_____, LEMAITRE, Pierre e TROMER, Elzbieta (ed.). (1989), *European Polyphony: Perspectives Beyond East-West Confrontation*. Nova Iorque, St. Martin's Press.

_____, BUZAN, Barry, KELSTRUP, Morten e LEMAITRE, Pierre. (1993), *Identity, Migration and the New Security Order in Europe*. Londres, Pinter.

_____, BUZAN, Barry e WILDE, Jaap de. (1998), *Security: a New Framework for Analysis*. Londres, Lynne Rienner Publishers.

WALKER, R. J. B. (1993), *Inside-Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

WALT, Stephen. (1991), "The Renaissance of Security Studies". *International Studies Quarterly*, vol. 35, nº 2.

WALTZ, Kenneth Neal. (1979), *Theory of International Politics*. Reading, Mass., Addison-Wesley.

WENDT, Alexander. (1999), *Social Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.

Resumo

**A Contribuição da Escola de
Copenhague aos Estudos de
Segurança Internacional**

O objetivo do artigo é apresentar a contribuição da Escola de Copenhague para a área de estudos de segurança internacional. Para tanto, será breve-

Grace Tanno

mente examinado o debate metateórico da área, assim como o contexto histórico no qual a Escola foi fundada. Em seguida, o artigo apresenta as críticas feitas às teses por ela formuladas. Finalmente, tornar-se-á claro que, além de terem dado uma contribuição significativa aos estudos de segurança, os trabalhos da Escola também contribuíram para a área de teoria das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Escola de Copenhague — Segurança — Estudos de Segurança Internacional — Teoria de Relações Internacionais

Abstract

The Copenhagen School's Contribution to the Area of International Security Studies

This article seeks to introduce the Copenhagen's School contribution to the area of international security studies. It does so by discussing briefly the metatheoretical debate of the area, as well the historical context in which the School was founded. It will also be necessary to analyse the main concepts and theoretical perspectives developed by the School. Thereafter, the article shall present the criticism made to the School's contribution. At last, it may become clear that the School's contribution has gone beyond the area of security studies since it has also contributed to the area of theory of international relations.

Key words: Copenhagen School — Security — International Security Studies — Theory of International Relations